

# Brasília-DF



**DENISE ROTHENBURG (COM EDUARDA ESPOSITO)**  
deniserothenburg.df@dabr.com.br

## Muito além do 8 de Janeiro

Os políticos que acompanharam de perto o julgamento notaram que a peça da Procuradoria-Geral da República ajusta o foco nos movimentos para desacreditar o processo eleitoral e documentos que não têm relação direta com o quebra-quebra do 8 de janeiro. Assim, conforme avaliam alguns juristas, cairá por terra uma das linhas de defesa de Jair Bolsonaro, de que o ex-presidente não estava no Brasil.

## Ficha Limpa na corda bamba

A aprovação do projeto que puxa a contagem dos oito anos da inelegibilidade a partir da condenação e não mais o início do cumprimento da pena é parte do pacote da blindagem dos políticos. Assim, em caso de processos em primeira instância, quando a condenação chegar ao STF, é bem capaz de político já estar livre.

## Oposição, mas depende

A coluna quis saber dos deputados do União Brasil se eles deixariam de votar com o governo. A resposta foi um sonoro “não”. A ala governista pretende continuar firme ao lado de Lula. Quanto ao líder do partido, Pedro Lucas, a ideia é que a bancada avalie projeto a projeto. Ou seja, o governo viverá a cada dia a sua aflição.

## Agricultura e a COP

Entre as propostas que o governo pretende aprovar até a COP30, está a “Política Nacional de Fomento à Agricultura Regenerativa”, definida no projeto 1787/2025, citado no CB Talks, sobre “a soja e os desafios da transição da agricultura brasileira”. Resta saber se haverá clima para colocar o texto na Ordem do Dia. Até aqui, não houve sinal de aprovação.

# Um candidato sob julgamento

A presença do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, em Brasília foi a maior novidade do primeiro dia do julgamento do núcleo central acusado de tentativa de golpe de estado. Conforme apurou a coluna, Tarcísio cobrou de seu partido, o Republicanos, que, da mesma forma que ele vem sendo chamado a se posicionar de maneira mais contundente numa candidatura presidencial, é preciso gestos dos partidos, no sentido de marcar distância de Lula. Por exemplo, apoiar a anistia aos enroscados no 8 de janeiro e fincar os dois pés na oposição. Se querem que ele seja candidato, que comecem a ajudá-lo a fechar a direita e o centro ao seu lado. No papel de “grande salvador” da anistia e, por

consequência, de Bolsonaro, Tarcísio teria espaço para conquistar o apoio dos filhos do ex-presidente.

» » »

**Nem tanto/** O que se diz nos bastidores é que o apoio do centrão à anistia vai custar a inelegibilidade do ex-presidente Jair Bolsonaro. Eles conseguem tirar a condenação, mas ele cumpre o tempo sem poder concorrer eleições. A oposição trabalha com a ideia de um texto mais palatável ao centro, leia-se Republicanos, PP e União Brasil, a fim de garantir a aprovação e evitar brechas para que o Supremo Tribunal Federal julgue uma inconstitucionalidade.



## CURTIDAS

Ed Alves/CB/D.A. Press



**Otimismo/** O líder do PL, Sóstenes Cavalcante (RJ, foto), disse à coluna que conversou por telefone com o governador de São Paulo e elogiou o trabalho do ex-ministro de Bolsonaro na articulação pela anistia. Deputados da bancada acham importante esse apoio de Tarcísio devido à influência do gestor do estado mais populoso do país.

**Defesa tardia/** Advogado do almirante Almir Garnier, o ex-senador Demóstenes Torres foi visto por colegas de profissão como alguém que confundiu o púlpito da sustentação oral com a tribuna do Senado. Ele só entrou “propriamente na defesa” do seu cliente depois de falar por mais de 20 minutos sobre os ministros do STF e projetos do tempo de Senado.

**E tem mais/** Mais para o final, lembrou de votações do passado sobre o voto impresso e saiu-se com esta: “quem sepultou o voto impresso fui eu”.

**Livro novo na praça/** Será lançado hoje em Brasília, na biblioteca do Senado às 18h30, o livro *De galinha a gavião: como impulsionar o voo da economia brasileira* da jornalista Juliana Rosa. A obra propõe uma discussão sobre o motivo da economia brasileira voar alto por um tempo e depois aterrissar, de forma leve e didática.



## TRAMA GOLPISTA

# Avança pressão pela anistia

Projeto de lei prevê perdão aos que cometeram crimes de natureza política ou eleitoral desde 2022

» WAL LIMA  
» DANANDRA ROCHA  
» VANILSON OLIVEIRA

Os partidos de oposição intensificam a pressão sobre o Congresso Nacional para pautar a votação do projeto de lei que anistia os envolvidos nos atos antidemocráticos de 8 de janeiro. O senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) confirmou que está em elaboração um novo texto de anistia “ampla, geral e irrestrita” que será divulgado nos próximos dias. Nele, será incluída expressamente uma referência ao ex-presidente. O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), desembarcou em Brasília para reforçar a campanha. O PL, partido de Jair Bolsonaro, cobra celeridade na discussão, enquanto do lado oposto, o PT afasta a hipótese no momento em que o Supremo Tribunal Federal (STF) julga o ex-ocupante do Palácio do Planalto e outros sete réus acusados de tentativa de golpe de Estado.

O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), reconheceu a pressão para pautar o tema, mas sinalizou que pretende ampliar as conversas. Ao mesmo tempo, conversou com o governador de São Paulo por telefone sobre o tema.

O líder do PL na Câmara, deputado Sóstenes Alencar (RJ), chamou de “ridícula” qualquer demora na votação do projeto. Para ele, a mudança de posição do União Brasil, PP e PSD é fundamental para dar força à pauta da anistia. O parlamentar destacou o empenho do governador de São Paulo, Tarcísio de

Apolos Neto



Parlamentares se reúnem na casa do líder da oposição na Câmara, deputado Luciano Zucco (PL-RS), para definir a estratégia de ação

Freitas (Republicanos-SP). “Isso foi uma grande ajuda do governador Tarcísio de Freitas. Ele trabalhou muito, ligou quinta, trabalhou sexta, sábado e domingo. Está atribuído a ele esse esforço”, disse.

Ontem, lideranças oposicionistas se reuniram na residência do deputado Luciano Zucco (PL-RS), em Brasília, para traçar a estratégia. Ao final da reunião, em coletiva, o parlamentar classificou o julgamento como “um dia histórico, mas extremamente negativo” e defendeu que a anistia seja pautada imediatamente. “Temos a maioria do Congresso e dos líderes que apoiam essa pauta. Entendemos

que é um passo importante para pacificar o país”, disse.

A deputada Carol de Toni (PL-SC), líder da minoria, reforçou as críticas à condução do processo. O deputado Marcel Van Hattem (Novo-RS) afirmou que o Brasil vive um “estado de exceção” e que cabe ao Congresso adotar medidas de pacificação, enquanto o deputado Nikolas Ferreira (PL-MG) afirmou existir um requerimento com “mais de 300 assinaturas para acelerar a tramitação”.

## Barreira

Para impedir o avanço da discussão, o PT articula para evitar

que a pressão se consolide. “Crime contra a democracia não é passível de perdão, é cláusula pétreia. O STF já consolidou esse entendimento”, disse o deputado Lindbergh Farias (PT-RJ). A deputada Maria do Rosário (PT-RS) afirmou que a base aliada irá aumentar os canais de diálogo. “Esse diálogo não se restringe a questões de base ou oposição ao governo, mas se volta, sobretudo, à defesa das instituições e da democracia. O que existe hoje é uma disputa pelo espólio político de Bolsonaro”.

Para o deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), é inadmissível pautar a anistia no momento do julgamento no Supremo. “É evidente

que isso é inaceitável. Acho que um dos maiores crimes que, num processo democrático, alguém eleito possa cometer é conspirar contra a soberania popular, que se expressa por meio do voto”, destacou.

O projeto central da anistia prevê o perdão a todos que tenham cometido crimes de natureza política ou eleitoral no período compreendido entre 30 de outubro de 2022 e a entrada em vigor da lei. O alcance inclui manifestantes, caminhoneiros, empresários e demais envolvidos em atos realizados nas rodovias federais, diante de quartéis ou em qualquer outro ponto do território nacional, incluindo o ex-presidente Bolsonaro.

## GOVERNO

## União Brasil e PP anunciam desembarque

Os partidos União Brasil e Progressistas, que formam a federação União Progressista, com mais de 100 parlamentares no Congresso Nacional, anunciaram ontem que vão deixar a base aliada do governo. Aqueles que insistirem em permanecer serão punidos com o afastamento das legendas.

A medida pode impactar a permanência dos ministros do Turismo, Celso Sabino (União-PA), e do Esporte, André Fufuca (PP-MA). Ambos são deputados federais, portanto, detentores de mandatos filiados aos partidos da federação.

O União Brasil, por meio do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (AP), tem indicações em outras duas pastas: Waldez Góes (Desenvolvimento Regional) e Frederico de Siqueira (Comunicações). O PP também ocupa o comando da Caixa Econômica Federal, com Carlos Vieira, indicado pelo ex-presidente da Câmara Arthur Lira (PP-AL).

Uma nota foi lida pelo presidente do União Brasil, Antônio Rueda, ao lado do presidente nacional do PP, o senador Ciro Nogueira (PI), em um pronunciamento na Câmara dos Deputados. Mais cedo, os dois líderes partidários já haviam acertado os detalhes desse rompimento em reunião com aliados.